

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

Boletim Estatístico

1º TRIMESTRE DE 2009



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



SEÇÃO DE ESTATÍSTICA SEST

BOLETIM ESTATÍSTICO

1º TRIMESTRE DE 2009

SÃO PAULO, MAIO DE 2009

BOLETIM ESTATÍSTICO 1º TRIMESTRE DE 2009

ELABORAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO
Coordenadoria Jurídica
Seção de Estatística – SEST
Coordenadoria de Informática

SÃO PAULO, MAIO DE 2009

Sumário

1. Movimentação Processual.....	4
1.1 Movimentação dos últimos 12 meses.....	9
2. Análise Quantitativa.....	10
2.1. Pareceres por classe.....	10
2.2. Manifestações.....	12
2.3. Prescrição.....	16
3. Análise Qualitativa.....	17
3.1 Resultado do julgamento por órgão julgador.....	17
3.2 Resultado de acordo com a matéria.....	19
3.3 Resultado do julgamento por assunto.....	21
4. Estudo do Tempo.....	26
4.1 Tempo de permanência.....	26
4.2 Habeas Corpus: tempo até a decisão.....	27
4.3 Remanescentes.....	28
5. Núcleo do Órgão Especial.....	33
5.1 Movimentação Processual.....	33
5.2 Resultado do julgamento.....	34
5.3 Remanescentes.....	35
6. Núcleo da Tutela Coletiva.....	36
6.1 Fluxo processual.....	36
6.2. Resultado do julgamento.....	37

1. Movimentação Processual

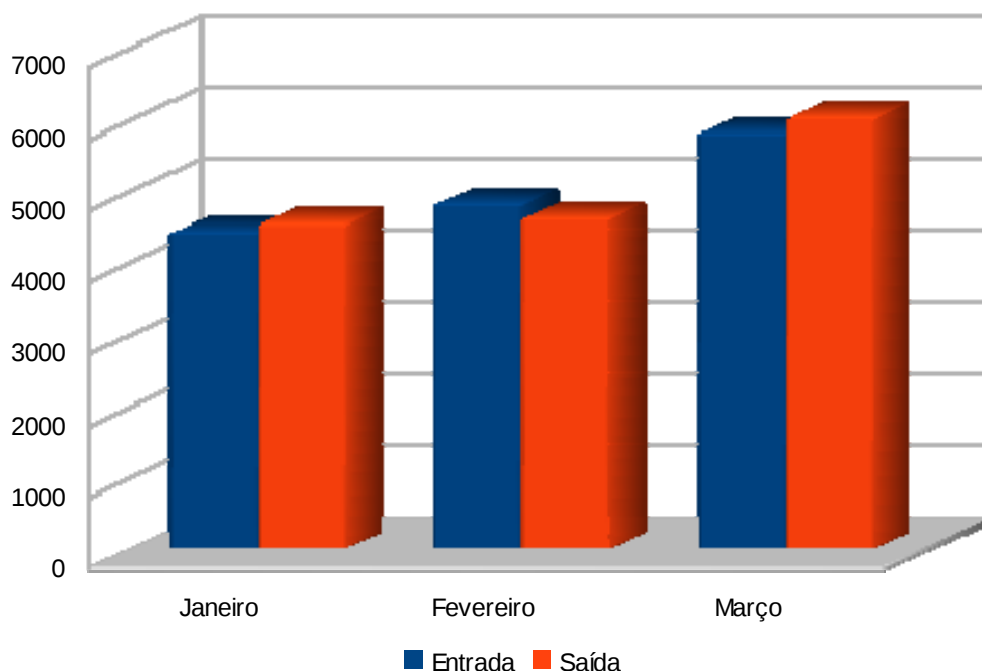
Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2009, o fluxo de processos nesta Unidade Ministerial, foi crescente, visto que tanto os processos que chegaram como aqueles que saíram apresentaram quantidade significativamente maiores. O total movimentado saltou de 8.972 feitos em janeiro para 11.822 feitos em março, crescimento de 31,75%.

Neste primeiro trimestre, 15.041 feitos adentraram na Unidade e 15.184 foram enviados ao TRF-3ª Região, totalizando 30.225 feitos movimentados.

Interessante notar que, comparado ao mesmo trimestre de 2008, ocorreu crescimento, em termos absoluto, tanto da quantidade de entradas como da quantidade de saídas processuais. Em 2008 as entradas somaram 12.628 feitos e as saídas 14.731, ou seja, uma movimentação de 27.359.

O gráfico e tabela a seguir ilustram a quantidade de processos, mês a mês, que chegaram a PRR-3ª Região, bem como aqueles que foram enviados ao TRF-3ª Região.

Entradas e Saídas: 1º Trimestre



Movimentação	Jan	Fev	Mar	Total
Entrada	4.426	4.812	5.803	15.041
Saída	4.546	4.619	6.019	15.184
Total	8.972	9.431	11.822	30.225

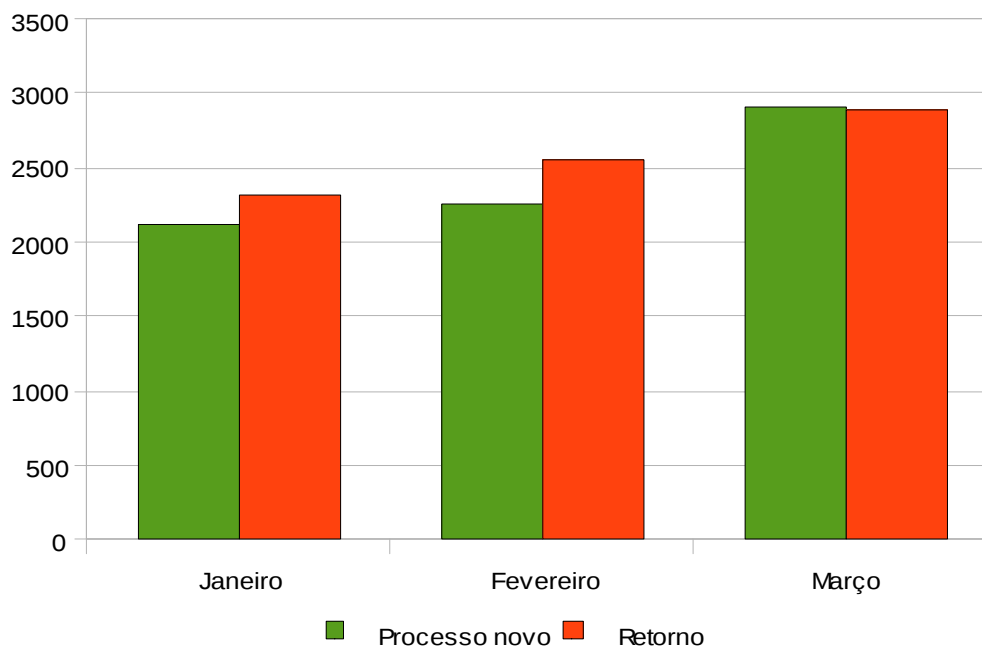
Quanto aos processos que chegaram a esta Unidade Ministerial, os dados referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2009, demonstram que o número de retornos superou a quantidade de processos novos, invertendo-se essa constante em março, quando o número de processos novos passou a prevalecer.

Comparado ao trimestre de 2008, o trimestre de 2009 apresentou relevante aumento na quantidade de processos novos. Foram 5.328 processos novos em 2008, ao passo que totalizaram 7.270 processos novos em 2009. Já o número de retornos apresentou ligeiro crescimento. Foram 7.300 retornos em 2008 e 7.771 em 2009.

Logo, as entradas totais saltaram de 12.628 processos, no ano de 2008, para 15.041 feitos, no ano de 2009, tomado como lapso de estudo o 1º trimestre dos anos mencionados.

A seguir, gráfico e tabela discriminam os dados referentes aos processos novos e aos retornos no trimestre.

Entradas: 1º Trimestre



Entradas	Jan	Fev	Mar	Total
Processo Novo	2.112	2.252	2.906	7.270
Retorno	2.314	2.560	2.897	7.771
Total	4.426	4.812	5.803	15.041

No que tange que à movimentação processual por Órgão Julgador, as tabelas seguintes discriminam por matérias ACP, Cível e Criminal as entradas e saídas. Ressalte-se que a 3ª Turma foi a que recebeu o maior número de processos (2.313), seguida da 4ª Turma (1.695) e da 10ª Turma (1.624).

Já no que alude à produtividade, merecem destaque, quanto aos processos remetidos pela PRR-3ª Região ao TRF-3ª Região, foram a 6ª Turma (2.266 processos), a 4ª Turma (1.672) e a 10ª Turma (1.609). Também merece destaque o equilíbrio, no período, entre entradas e saídas de processos, das preditas turmas.

Vide tabelas a seguir.

Número de processos enviados pelo TRF-3ª Região à PRR-3ª Região

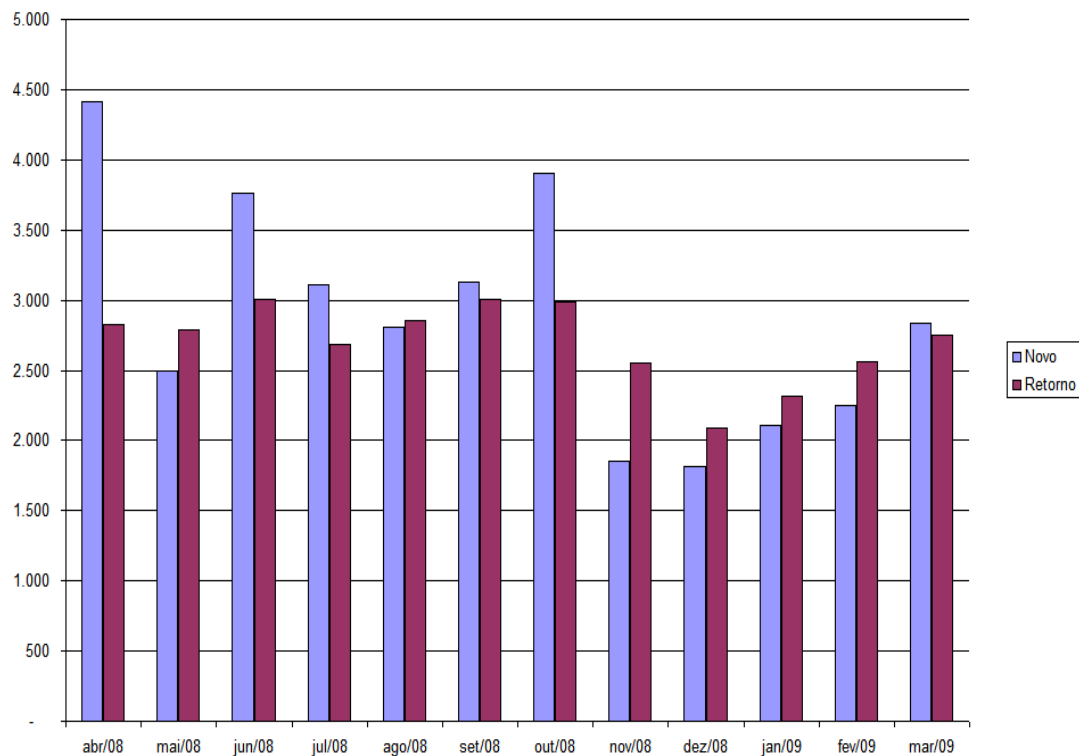
Órgão Julgador	ACP		CIVEL		CRIMINAL		Total
	Novo	Retorno	Novo	Retorno	Novo	Retorno	
Órgão Especial	3	11	21	32	39	145	251
1ª Seção		3	73	64	76	75	291
1ª Turma	4	8	178	289	415	441	1.335
2ª Turma	5	4	178	179	402	714	1.482
5ª Turma	7	11	199	238	365	488	1.308
2ª Seção	4	3	77	41			125
3ª Turma	45	47	1.091	1.130			2.313
4ª Turma	32	27	719	917			1.695
6ª Turma	33	40	697	618			1.388
3ª Seção		1	245	163			409
7ª Turma	7	1	642	470			1.120
8ª Turma			496	297			793
9ª Turma	1		560	343			904
10ª Turma	1	3	653	967			1.624
Total	143	160	5.829	5.748	1.297	1863	15.040
Total Geral	303		11.577		3.160		15.040

Número de processos enviados pela PRR-3ª Região ao TRF-3ª Região

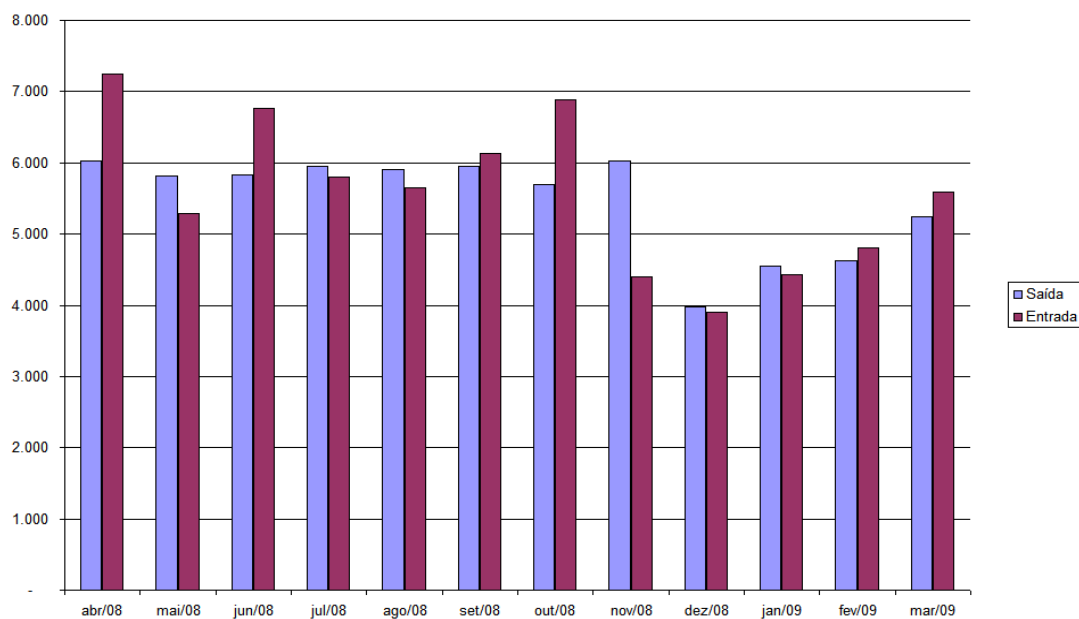
Órgão Julgador	Janeiro			Fevereiro			Março			Total
	ACP	CIVEL	CRIM	ACP	CIVEL	CRIM	ACP	CIVEL	CRIM	
Órgão Especial	5	20	92	6	14	42	5	24	49	257
1ª Seção	2	43	39		44	62	1	44	57	292
1ª Turma	3	137	251	2	163	219	5	185	381	1.346
2ª Turma	1	116	263	4	83	399	2	129	392	1.389
5ª Turma	4	156	229	10	135	273	5	199	379	1.390
2ª Seção	2	46			47		2	36		133
3ª Turma	18	740		37	577		33	861		2.266
4ª Turma	18	661		12	379		21	581		1.672
6ª Turma	21	493		23	412		32	535		1.516
3ª Seção		109			147		1	160		417
7ª Turma	4	222		2	368		1	547		1.144
8ª Turma		164			214			433		811
9ª Turma	5	295			333		1	305		939
10ª Turma	3	384			612			610		1.609
Total	86	3.586	874	96	3.528	995	111	4.649	1.258	15.183

1.1 Movimentação dos últimos 12 meses

Entrada dos últimos 12 meses



Movimento dos últimos 12 meses



2. Análise Quantitativa

2.1. Pareceres por classe

Apresenta-se subsequentemente a quantidade de pareceres produzidos.

É de se ressaltar que o 1º trimestre de 2009 teve 60 dias úteis (20 dias úteis em janeiro, 18 dias em fevereiro e 22 dias em março). Saliente-se que, neste período, 6.400 pareceres foram exarados, ou seja, cerca de 107 pareceres por dia.

Totalizaram-se, no âmbito cível, 5.240 pareceres, destacando-se as classe processuais Apelação Cível (2.137 pareceres) e Apelação em Mandado de Segurança (1.768 pareceres).

No âmbito criminal, verificaram-se 1.092 pareceres produzidos, observado que 605 foram em Apelação Criminal e 300 em Habeas Corpus.

Por fim, em ACP totalizaram-se 68 pareceres, com destaque para os pareceres em Agravo de Instrumento em Recurso Especial (39) e Apelação Civil (24).

A tabela a seguir demonstra, de forma detalhada, a produtividade de pareceres por classe.

Pareceres por Classe (quantidade)

Classe	Cível	Criminal	ACP	Total
ACAO RESCISORIA	176	-	-	176
AGRAVO INSTRUM. EM RECUR ESPEC CRIMINAL	-	6	-	6
AGRAVO DE INSTRUMENTO	347	-	39	386
AGRAVO DE INSTRUMENTO EM REC ESPECIAL	2	-	-	2
AGRAVO DE INSTRUMENTO REC EXTR CRIMINAL	-	1	-	1
AGRAVO EM EXECUCAO PENAL	-	9	-	9

Classe	Cível	Criminal	ACP	Total
APELACAO CIVEL	2.137	-	24	2.161
APELACAO CRIMINAL	-	604	-	604
APELACAO EM HABEAS DATA	2	-	-	2
APELACAO EM MS	1.768	-	1	1.769
APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO	232	-	2	234
CAUTELAR INONIMADA	4	1	2	7
CONFLITO DE COMPETENCIA	57	27	-	84
EXCECAO DE SUSPEICAO	1	-	-	1
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO CRIMINAL	-	4	-	4
HABEAS CORPUS	4	300	-	304
IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA	3	-	-	3
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUD.	-	1	-	1
INQUERITO	-	4	-	4
MANDADO DE SEGURANCA	10	24	-	34
MEDIDA CAUTELAR	1	-	-	1
MEDIDA CAUTELAR INOMINADA	3	-	-	3
PETICAO	-	1	-	1
RECLAMACAO	1	-	-	1
RECURSO CRIMINAL EX-OFFICIO	-	1	-	1
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	-	93	-	93
RECURSO ORDINARIO	1	-	-	1
REEXAME NECESSÁRIO CRIMINAL	-	3	-	3
REMESSA EX-OFFICIO EM AC	35	-	-	35
REMESSA EX-OFFICIO EM HABEAS-DATA	1	-	-	1
REMESSA EX-OFFICIO EM MS	449	-	-	449

Classe	Cível	Criminal	ACP	Total
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	1	3	-	4
RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	-	2	-	2
REVISAO CRIMINAL	-	7	-	7
SUSP. DE LIMINAR D ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	1	-	-	1
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA	1	-	-	1
SUSPENSAO DE SEGURANCA	1	-	-	1
2720SL-SP	2	-	-	2
Total	5.240	1.092	68	6.400

2.2. Manifestações

As manifestações trimestrais foram discriminadas e agrupadas nos seguintes tipos de manifestação: ciência, parecer, recurso interposto, recurso, outros e sem interesse. Observa-se desde já que “sem interesse” significa sem interesse em recorrer ou falta de interesse público, sem prévia manifestação da Instituição Ministerial

Manifestação	Cível	Criminal	ACP	Total
CIÊNCIA	5.600 46,6%	1.395 43,2%	132 41,5%	7.127 45,8%
OUTROS	526 4,4%	422 13,1%	44 13,8%	992 6,8%
PARECER	5.254 43,7%	1091 33,8%	68 21,4%	6.413 41,2%
RECURSO	49 0,4%	257 8,0%	62 19,5%	368 2,4%
RECURSO INTERPOSTO	55 0,5%	55 1,7%	12 3,8%	122 0,8%
SEM INTERESSE	534 4,4%	9 0,3%	-	543 3,5%
Total	12.018	3.229	318	15.565

É de se atentar à totalização. Isto porque 45,8% do total, ou, em números absolutos, 7.127 das manifestações no trimestre, referiram-se à ciência de decisões,

percentual este acima dos valores relacionados a quantidade de pareceres exarados, 6.413 pareceres.

Vale ressaltar que no âmbito cível quase 50% das manifestações referem-se a ciências e a manifestações classificadas como “sem interesse”.

A seguir, detalham-se os dados agrupados na tabela anterior.

Manifestações por matéria (detalhado)

MANIFESTAÇÃO	Cível	Criminal	ACP	Total
CIÊNCIA				
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO DESFAVORÁVEL AO MPF	652	104	8	764
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO FAVORÁVEL AO MPF	2.888	726	37	3.651
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO PARC. FAV. AO MPF	380	92	1	473
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO S/INTERESSE PÚBLICO	397	1	1	399
CIÊNCIA DE DESPACHO/DECISÃO	1.283	472	85	1.840
Total	5.600	1.395	132	7.127
PARECER				
PARECER	4.983	1.091	68	6.142
PARECER-PADRÃO	271	-	-	271
Total	5.254	1.091	68	6.413
RECURSO				
AGRAVO DE INSTRUMENTO	8	5	1	14
CONTRAMINUTA	1	6	15	22
CONTRAMINUTA DO AGRAVADO	3	9	20	32
CONTRA-RAZOES	-	6	3	9
CONTRA-RAZÕES	1	5	-	6
CONTRA-RAZOES A APELACAO CRIMINAL	-	8	-	8
CONTRA-RAZOES AO RECURSO ESPECIAL	2	78	9	89
CONTRA-RAZOES AO RECURSO EXTRAORDINARIO	1	18	2	21

MANIFESTAÇÃO	Cível	Criminal	ACP	Total
CONTRA-RAZOES AO RECURSO ORDINARIO	-	93	-	93
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	27	9	4	40
RECURSO	6	-	-	6
RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUM EM RESP	-	15	2	17
RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUM EM REXT	-	5	1	6
RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO	-	-	5	5
Total	49	257	62	368

RECURSO INTERPOSTO

INTERPOSIÇÃO DE AG DE INADMISSIBILIDADE DE RESP	-	4	1	5
INTERPOSIÇÃO DE AG DE INADMISSIBILIDADE DE REXT	-	1	-	1
INTERPOSICAO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO	-	2	-	2
INTERPOSICAO DE AGRAVO REGIMENTAL	20	7	2	29
INTERPOSICAO DE EMBARGOS DE DECLARACAO	12	7	1	20
INTERPOSICAO DE EMBARGOS INFRINGENTES	1	1	1	3
INTERPOSICAO DE RECURSO ESPECIAL	9	26	4	39
INTERPOSICAO DE RECURSO EXTRAORDINARIO	13	7	1	21
RECURSO ESPECIAL ADESIVO	-	-	1	1
RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	-	-	1	1
Total	55	55	12	122

OUTROS

ARQUIVAMENTO	-	1	-	1
COTA	309	255	22	586
DILIGÊNCIAS	2	5	-	7
INCOMPETÊNCIA	1	-	-	1
MANIFESTAÇÃO	155	107	10	272
NOTA INTERNA	1	-	-	1

MANIFESTAÇÃO	Cível	Criminal	ACP	Total
NOTA INTERNA DE REDISTRIBUIÇÃO	27	6	-	33
OUTROS	30	48	10	88
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	-	-	1	1
PERDA DO OBJETO	1	-	1	2
Total	526	422	44	992

SEM INTERESSE

AGRAVO DE INSTRUMENTO	4	-	-	4
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO S/INTERESSE PÚBLICO	7	-	-	7
COTA	30	8	-	38
MANIFESTAÇÃO	7	-	-	7
PARECER	257	1	-	258
PARECER-PADRÃO	229	-	-	229
Total	534	9	-	543

No que tange às decisões desfavoráveis, Interpuseram-se, no 1º trimestre, 17 Recursos Especiais, 1 Recurso Extraordinário e ambos os Recursos mencionados foram interpostos 6 concomitantemente.

Já em razão de decisões parcialmente desfavoráveis, 2 Recursos Especiais foram interpostos.

Recursos

Acórdão	Recurso			Totais
	Especial	Extraordinário	Ambos	
Desfavorável	17	1	6	24
Parcialmente Favorável	2	0	0	2
Totais	19	1	6	26

2.3. Prescrição

Neste 1º trimestre de 2009, constaram no sistema de dados da Procuradoria 24 documentos em que a prescrição foi ventilada. Trataram-se de 18 pareceres, 3 manifestações, 2 cotas e 1 ciência de decisão, como mostra a tabela abaixo.

Tipo de Documento	Total
PARECER	18
MANIFESTAÇÃO	3
COTA	2
CIÊNCIA DE DESPACHO/DECISÃO	1
Total	24

Na área penal, as ciências de acórdãos em que ocorreu a extinção da punibilidade pela prescrição totalizaram 24. Destacaram-se, neste trimestre, os crimes de apropriação indébita previdenciária (8); estelionato qualificado (6); e contrabando ou descaminho (3).

Prescrição por assunto

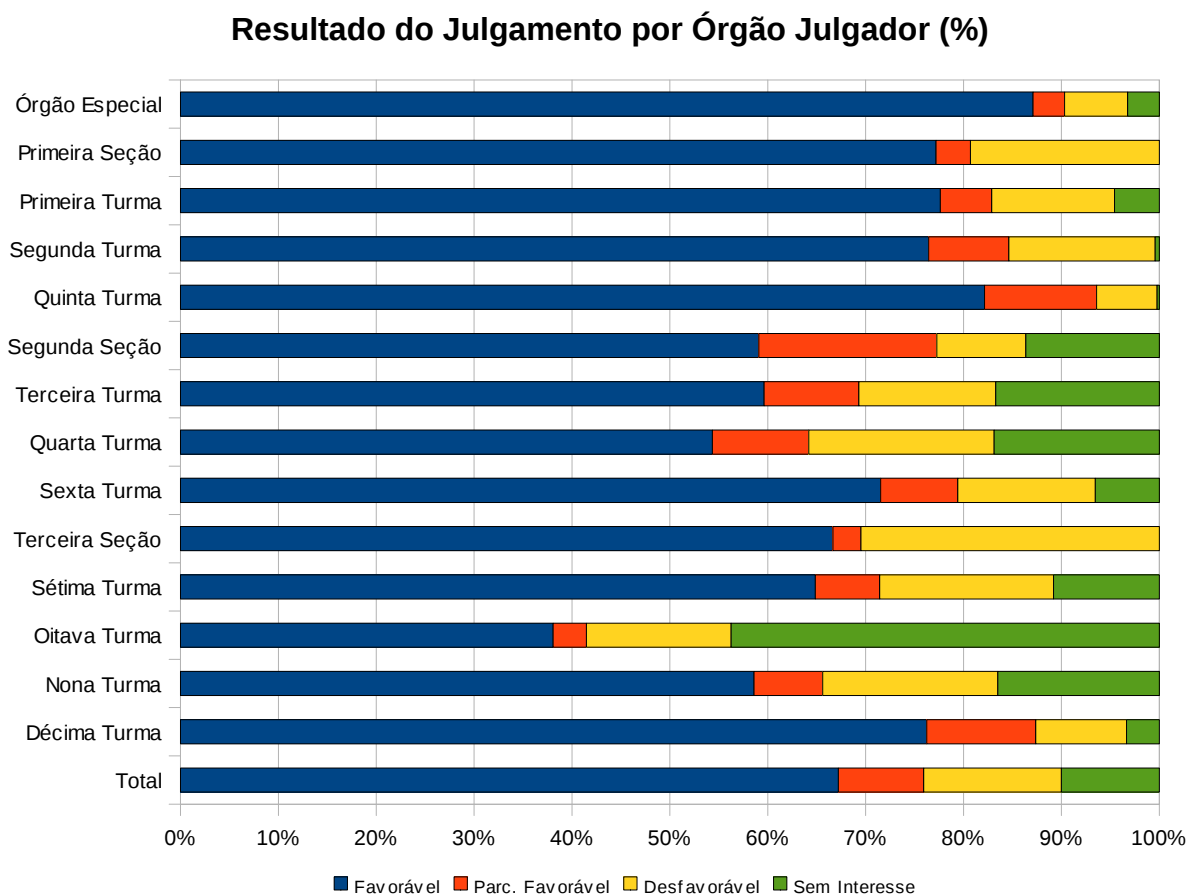
Assunto	Quantidade
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA	8
COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO	1
CONTRABANDO OU DESCAMINHO	3
CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE	1
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	1
CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1
ESTELIONATO QUALIFICADO (art.171, §3º)	6
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO	1
MOEDA FALSA	1
USO DE DOCUMENTO FALSO	1
Total	24

3. Análise Qualitativa

3.1 Resultado do julgamento por órgão julgador

O presente gráfico demonstra o reflexo da atuação da PRR-3ª Região do total das decisões do TRF-3ª Região, divididas por órgão julgador, nos últimos três meses.

A tabela a seguir demonstra detalhadamente o desempenho qualitativo da atuação Procuradoria Regional da República da 3ª Região perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de acordo com seu Órgão Julgador.



Órgão Julgador	Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Sem Interesse	Total
Órgão Especial	27 87%	1 3%	2 6%	1 3%	31
1ª Seção	44 77%	2 4%	11 19%	-	57
1ª Turma	340 78%	23 5%	55 13%	20 5%	438
2ª Turma	373 76%	40 8%	73 15%	2 0,4%	488
5ª Turma	359 82%	50 11%	27 6%	1 0,2%	437
2ª Seção	13 59%	4 18%	2 9%	3 14%	22
3ª Turma	610 60%	99 10%	143 14%	171 17%	1.023
4ª Turma	425 54%	77 10%	148 19%	132 17%	782
6ª Turma	372 72%	41 8%	73 14%	34 7%	520
3ª Seção	70 67%	3 3%	32 30%	- 0%	105
7ª Turma	168 65%	17 7%	46 18%	28 11%	259
8ª Turma	67 38%	6 3%	26 15%	77 44%	176
9ª Turma	167 59%	20 7%	51 18%	47 16%	285
10ª Turma	616 76%	90 11%	75 9%	27 3%	808
Total	3.651 63%	473 8%	764 14%	543 10%	5.431

Nos meses que nos entretém observa-se que, entre as decisões favoráveis, sublinhou-se a atuação da PRR-3ª Região perante o Órgão Especial, com 87%, decisões favoráveis ao Ministério Público Federal. Vale destacar, também, o resultado da 5ª Turma que encerrou o trimestre com 82% de julgados favoráveis.

Observe-se que, neste período, a 3ª Turma foi o órgão que mais exarou decisões, atingindo a marca de 1.023 julgados, sendo 60% das decisões favoráveis, 10% parcialmente favoráveis e 14% desfavoráveis.

Percentualmente, a maior parte das decisões desfavoráveis concentraram-se na 3ª Seção com 30%, na 1ª Seção, 19%, e na 4ª Turma, com 19% de decisões contrárias ao pleito ministerial.

A média geral qualitativa da PRR-3ª Região fixou-se em 63% de decisões favoráveis, 8% de decisões parcialmente favoráveis e 14% decisões desfavoráveis ao Ministério Público Federal.

3.2 Resultado de acordo com a matéria

Criminal

Na área penal, destaca-se a atuação da PRR-3ª Região perante o Órgão Especial do TRF-3ª Região. Conforme demonstra a tabela acima, no último trimestre todas as decisões do órgão Especial foram favoráveis ao Ministério Público Federal - 14 decisões.

Guardadas as proporções, constata-se que o índice de decisões favoráveis nos demais órgãos foi homogêneo. A 1ª Seção com a marca de 77%, a 1ª Turma com 76%, a 2ª Turma com 78% e a 5ª Turma com 79% de decisões favoráveis. O maior número de decisões desfavoráveis verificou-se na 1ª Seção - 20% do total (6 decisões).

Por fim, no período analisado, a média estabelecida para esta matéria ficou em: 78% decisões favoráveis, 10% desfavoráveis e 11% desfavoráveis.

Órgão Julgador	Favorável		Parcialmente Favorável		Desfavorável		Sem Interesse		Total
Órgão Especial	14	93%	-		-		1	7%	15
1ª Seção	23	77%	1	3%	6	20%	-		30
1ª Turma	178	76%	17	7%	31	13%	7	3%	233
2ª Turma	293	78%	33	9%	50	13%	-		376
5ª Turma	218	79%	41	15%	17	6%	1	0,4%	277
Total	726	78%	92	10%	104	11%	9	1%	931

Civil

No tocante à área Cível, analisando os números, infere-se que, a maioria das decisões contrárias ao Ministério Público Federal concentraram-se na 3ª Seção com 30%, na 2ª Turma, 21%, e na 1ª Seção, 19%. Quantos às decisões favoráveis, sobressaiu-se a atuação da procuradoria perante a 5ª Turma com 88% das decisões em favor do

postulado pela PRR-3ª Região.

Consigne-se que, no trimestre, a 3ª Turma levou a efeito 1.001 julgamentos, com 59% de decisões favoráveis, 10% parcialmente favoráveis e 14% desfavoráveis.

No consolidado, a média fixou em 67% favoráveis, 15% desfavoráveis e 8% parcialmente favorável.

Órgão Julgador	Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Sem Interesse	Total
Órgão Especial	12 80%	1 7%	2 13%	-	15
1ª Seção	21 78%	1 4%	5 19%	-	27
1ª Turma	162 80%	5 2%	23 11%	13 6%	203
2ª Turma	78 71%	7 6%	23 21%	2 2%	110
5ª Turma	139 88%	9 6%	10 6%	-	158
2ª Seção	13 59%	4 18%	2 9%	3 14%	22
3ª Turma	593 59%	99 10%	138 14%	171 17%	1.001
4ª Turma	418 54%	77 10%	148 19%	132 17%	775
6ª Turma	365 72%	41 8%	71 14%	34 7%	511
3ª Seção	70 67%	3 2%	32 30%	-	105
7ª Turma	167 65%	17 7%	46 18%	28 11%	258
8ª Turma	67 38%	6 3%	26 15%	77 44%	176
9ª Turma	167 59%	20 7%	51 18%	47 16%	285
10ª Turma	616 76%	90 11%	75 9%	27 3%	808
Total	2.888	380	652	534	4.454

ACP

De acordo com a tabela verifica-se que o órgão que mais julgou em ACP nos últimos três meses foi a 3ª Turma. Neste lapso, das 22 decisões prolatadas 78% acolheram as manifestações da PRR-3ª Região. Com efeito, somente 5 decisões foram desfavoráveis.

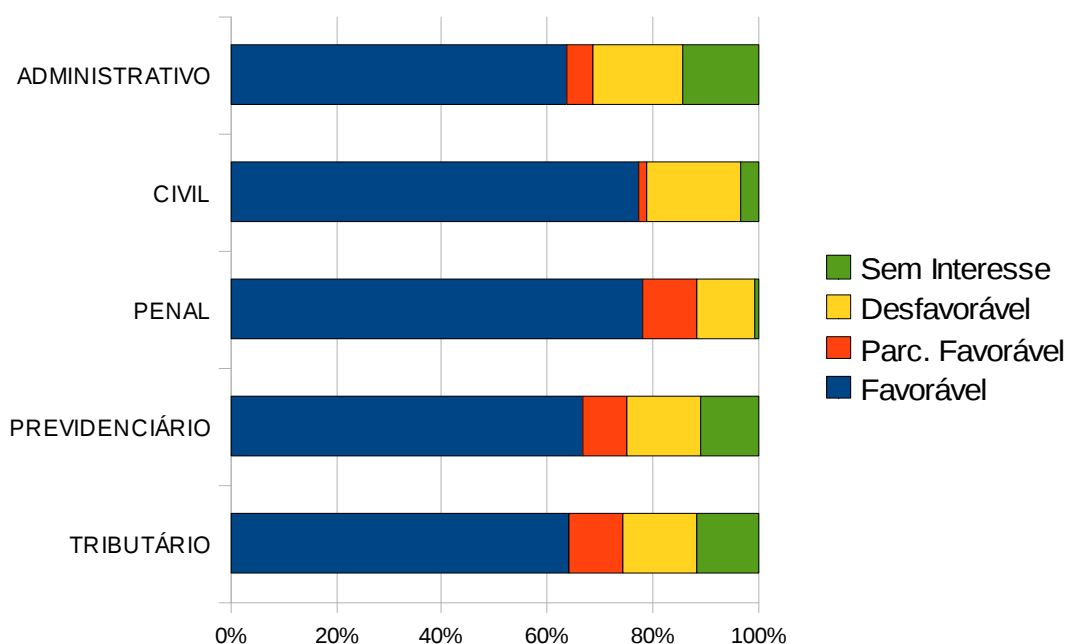
Cumpre salientar que, nesta matéria, a média geral do trimestre foi de 50% para as decisões favoráveis, 4% para as parcialmente favoráveis e 7% para as desfavoráveis.

Órgão Julgador	Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Sem Interesse	Total
Órgão Especial	1 100%	-	-	-	1
1ª Seção	-	-	-	-	-
1ª Turma	-	1 50%	1 50%	-	2
2ª Turma	2 100%	-	-	-	2
5ª Turma	2 100%	-	-	-	2
2ª Seção	-	-	-	-	-
3ª Turma	17 77%	-	5 23%	-	22
4ª Turma	7 100%	-	-	-	7
6ª Turma	7 78%	-	2 22%	-	9
3ª Seção	-	-	-	-	-
7ª Turma	1 100%	-	-	-	1
9ª Turma	-	-	-	-	-
10ª Turma	-	-	-	-	-
Total	37	1	8	-	46

3.3 Resultado do julgamento por assunto

Na tabela e gráficos subsequentes expõe-se a análise das decisões do TRF-3ª Região do último trimestre em confronto com as manifestações desta Procuradoria, considerando as diversas áreas jurídicas em que Ministério Público Federal figura como interessado: Administrativo, Civil, Penal, Tributário, Previdenciário.

Resultado do julgamento por assunto



Assunto	Favorável		Parcialmente Favorável		Desfavorável		Sem Interesse		Total
ADMINISTRATIVO	523	64%	41	5%	139	17%	118	14%	821
CIVIL	44	77%	1	2%	10	18%	2	4%	57
PENAL	707	78%	92	10%	100	11%	8	1%	907
PREVIDENCIÁRIO	1.089	67%	136	8%	231	14%	178	11%	1.634
TRIBUTÁRIO	1.282	64%	202	10%	281	14%	237	12%	2.002
Total	3.645	67%	472	7%	761	20%	543	5%	5.421

Administrativo

A tabela aponta que o tema mais debatido nesta área foi Exercício Profissional - Conselhos Regionais e afins, constante em 123 processos. Nota-se que, destes julgados, 71% foram decididos consoante o postulado por este órgão ministerial, ao passo que 20% das decisões foram desfavoráveis.

Quanto às decisões desfavoráveis, concentraram-se nas matérias de concessão de Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso e correção monetária de Poupanças e Planos Econômicos, respectivamente com 0,3% e 27%.

Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Total	% desfavorável	% favorável
REGISTRO/EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CONSELHOS REGIONAIS E AFINS - ENTIDADES ADMINISTRATIVAS / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
87	11	25	123	20%	71%
DIPLOMAS/CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO - ENSINO SUPERIOR – SERVIÇOS					
28	2	12	42	0,3%	67%
POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO – ADMINISTRATIVO					
24	8	12	44	27%	55%
MULTAS/SANÇÕES - CONSELHOS REGIONAIS E AFINS - ENTIDADES ADMINISTRATIVAS / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
37	-	10	47	0,2%	79%
MULTAS E SANÇÕES - ATOS ADMINISTRATIVOS					
8	2	7	17	41%	47%

Penal

A área que envolve o direito penal sobressaiu-se por ostentar a melhor média de manifestações acolhidas no último trimestre. Em verdade, do total de decisões proferidas 78% foram favoráveis ao Ministério Público Federal, sendo que o delito de estelionato praticado contra a administração atingiu a relevante marca de 90%. Os demais delitos julgados também atingiram um índice satisfatório: crimes contra a ordem Tributária – 80,49%; contrabando ou descaminho – 78,33%; apropriação indébita previdenciária – 72%; e tráfico internacional de drogas - 71%.

Com efeito, a maior zona de conflito entre as as manifestações da PRR-3ª Região e as decisões do TRF-3ª Região surgiu nos crimes contra a ordem tributária, onde as decisões desfavoráveis totalizaram 17% dos 41 processos decididos nos últimos três meses.

Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Total	% desfavorável	% favorável
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A E LEI 8.212/91)					
103	21	19	143	13%	72%
ESTELIONATO QUALIFICADO (ART. 171, § 3º)					
109	1	11	121	10%	90%
CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 334)					
47	4	9	60	15%	78%
TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS					
110	36	8	154	0,1%	71%
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA					
33	1	7	41	17%	80%

Previdenciário

Em matéria previdenciária, a Procuradoria Regional da República da 3ª Região logrou êxito em 66% (1.634 processos) de suas manifestações, destacando-se, na atuação ministerial, o tema aposentadoria por tempo de serviço/tempo de contribuição com 83,61% das decisões favoráveis. Também merecem destaque as decisões favoráveis nos temas pensão por morte (76%), benefício assistencial (75%).

Em relação às decisões desfavoráveis, percentualmente, destacou-se o tema revisão de benefícios/alteração do coeficiente de cálculo de pensão. Isso porque, no período que compreende os meses janeiro, fevereiro e março, 42% das manifestações da PRR-3ª Região não foram acolhidas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região,

Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Total	% desfavorável	% favorável
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (ART. 203,V CF/88) - BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE/CONCESSÃO / CONVERSÃO / RESTABELECIMENTO					
737	94	145	976	19%	76%
PENSÃO POR MORTE (ART. 74/9) - BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE / CONCESSÃO / CONVERSÃO / RESTABELECIMENTO					
89	9	19	117	0,2%	76%
BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE/CONCESSÃO / CONVERSÃO / RESTABELECIMENTO					
33	7	15	55	27%	60%

APOSENTADORIA TEMPO DE SERVIÇO (ART. 52/6) E/OU TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE / CONCESSÃO / CONVERSÃO / RESTABELECIMENTO					
51	0	10	61	0,2%	87%
ALTERAÇÃO DO COEFICIENTE DE CÁLCULO DE PENSÃO - RENDA MENSAL INICIAL - REVISÃO DE BENEFÍCIOS					
11	0	8	19	42%	58%

Tributário

No tocante à matéria Tributária, a maior zona de divergência entre os pareceres exarados pela PRR-3ª Região e as decisões do TRF-3ª Região, verificou-se, especificamente, nas ações que envolviam IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados), pois 31% das decisões do aludido Tribunal divergiram da posição sustentada pelo Ministério Público Federal. Em números, 32 das 104 decisões no trimestre não foram acolhidas.

Outra matéria em que a divergência entre manifestações e decisões foi significativa relaciona-se a área de Contribuição Social (FINSOCIAL), visto que 25% decisões foram contrárias ao postulado pelo MPF.

Por outro lado, com 81% de decisões favoráveis, destaca-se o tema contribuição sobre a folha de salários - contribuições previdenciárias.

Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Total	% desfavorável	% favorável
IPI/ IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IMPOSTOS					
57	15	32	104	31%	55%
PIS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
86	31	31	148	0,2	58%
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS					
133	6	26	165	16%	81%
INCIDÊNCIA SOBRE LICENÇA-PRÊMIO/ABONO/INDENIZAÇÃO - IRPF/IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA – IMPOSTOS					
81	37	24	142	0,2%	57%
FINSOCIAL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
51	15	22	88	25%	58%

4. Estudo do Tempo

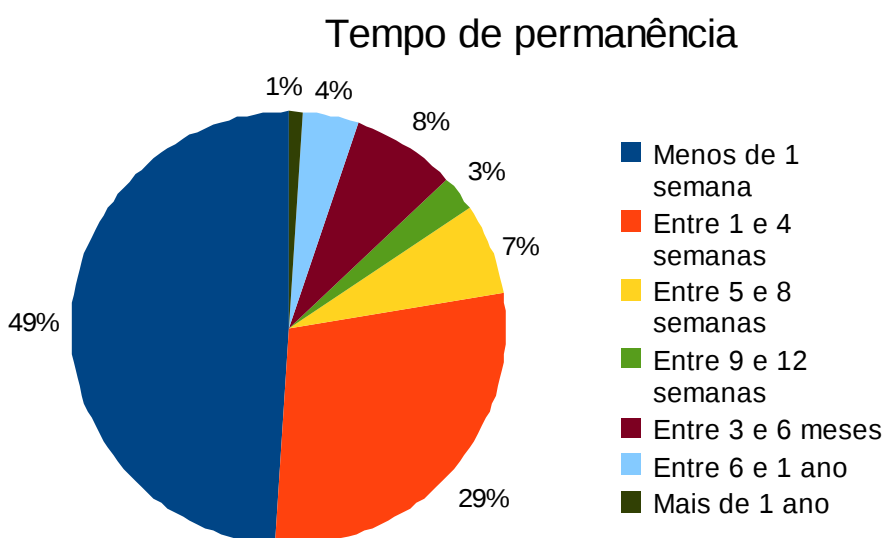
Analisar-se-á, doravante, o estudo acerca do tempo de permanências dos feitos na PRR – 3ª Região, do tempo de decisão dos Habeas Corpus impetrados e dos processos remanescentes.

4.1 Tempo de permanência

O tempo de permanência dos feitos nesta Procuradoria é retratado pela tabela e gráficos seguintes.

É de se notar que 52% dos processos que entraram na PRR-3ª Região foram devolvidos ao TRF-3ª Região em menos de 1 semana. Esse percentual representa 5.452 processos cíveis, 1.965 processos criminais e 137 ACP. Ainda em termos percentuais, verificou-se maior celeridade no âmbito criminal, visto que 65,30% processos retornaram ao TRF-3ª Região em menos de 1 semana.

Já entre 1 e 4 semanas, 27% de feitos foram devolvidos. Logo, constata-se que quase 80% dos processos que adentraram as dependências da PRR-3ª Região retornaram ao TRF-3ª Região em até 4 semanas.



Tempo	Cível	Criminal	ACP	Total
Menos de 1 semana	5.452 49%	1.965 65%	137 49%	7.554 52%
Entre 1 e 4 semanas	3.183 26%	561 19%	105 37%	3.849 27%
Entre 5 e 8 semanas	751 7%	131 4%	21 7%	903 6%
Entre 9 e 12 semanas	304 3%	97 3%	12 4%	413 3%
Entre 3 e 6 meses	870 8%	210 7%	4 1%	1084 8%
Entre 6 e 1 ano	451 4%	40 1%	1 0,4%	492 3%
Mais de 1 ano	121 1%	5 0,2%	1 0,4%	127 0,9%
Total	11.132 77%	3.009 21%	281 2%	14.422

4.2 Habeas Corpus: tempo até a decisão

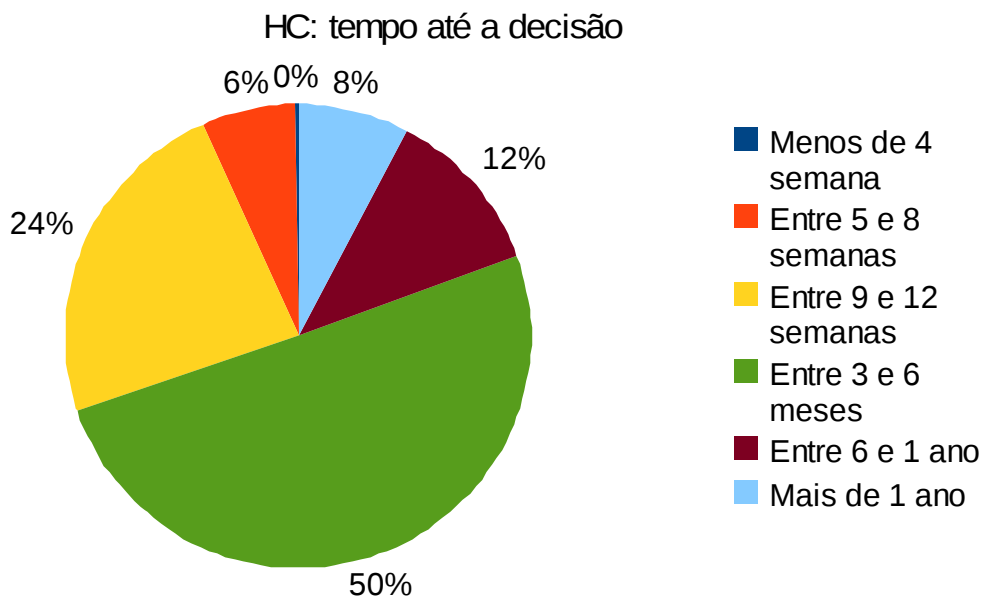
Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2009, anotaram-se 403 decisões em Habeas Corpus que retornaram para ciência.

Observada a data da ciência, fez-se um estudo retrospectivo a fim de se verificar o lapso temporal entre a saída do processo com parecer do Ministério Público e o tempo para retorno da ciência da decisão.

Constatou-se que 203 ciências (50%) foram dadas entre 3 e 6 meses da saída do processo com parecer ministerial.

Verificou-se, ademais, que 95 Habeas Corpus, 24%, retornaram para ciência da decisão entre 9 e 12 semanas.

Estes períodos de tempo, a seguir ilustrados detalhadamente, permitem verificar o tempo que o TRF-3ª Região leva para proferir as decisões em sede de Habeas Corpus e devolvê-las para ciência do Ministério Público.



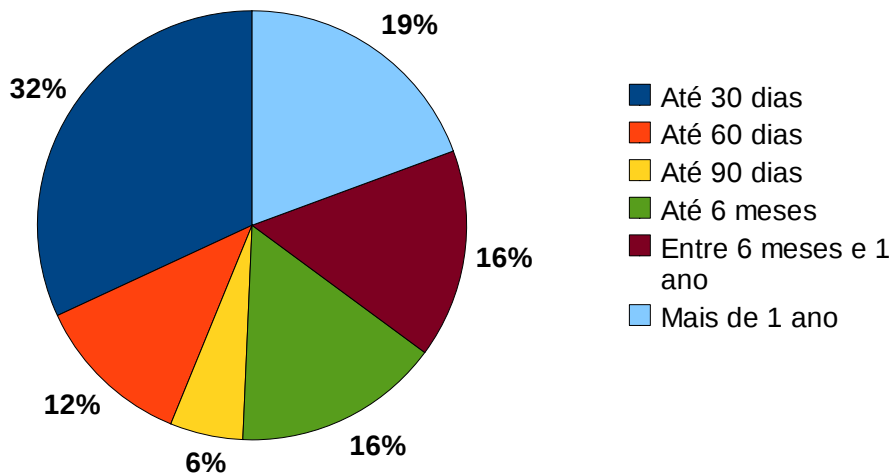
Tempo	Quantidade
Menos de 4 semanas	1
Entre 5 e 8 semanas	26
Entre 9 e 12 semanas	95
Entre 3 e 6 meses	203
Entre 6 e 1 ano	47
Mais de 1 ano	31
Total	403

4.3 Remanescentes

Em 31 de março de 2009, 5.544 feitos encontravam-se na PRR-3ª Região. Desse total, 32%, isto é, 1.769 processos foram encaminhados ao MPF em até 30 dias. Da totalização, os remanescentes entre seis meses e um ano a espera de manifestação representavam 16% (872 processos). Já feitos que estavam há mais de um ano a espera de manifestação representavam 19% (1.074 processos) dos remanescentes.

A seguir, tabela e gráfico ilustram os números acima apresentados

Remanescentes por tempo



Tempo	Quantidade
Até 30 dias	1.769
Até 60 dias	660
Até 90 dias	305
Até 6 meses	864
Entre 6 meses e 1 ano	872
Mais de 1 ano	1.074
Total	5.544

Digno de nota a constatação segundo a qual a matéria cível é responsável por 4.923 processos remanescentes, a matéria criminal detém 569 processos a espera de manifestação e a matéria ACP, 52 feitos.

Remanescentes por Órgão Julgador

Destaca-se, neste trimestre, quanto aos remanescentes por Órgão Julgador, os processos que tramitam entre os Procuradores que atuam na 6ª Turma.

Só a 6ª Turma detinha 1.697 processos dos 5.544 remanescentes. Este número representava 30,6% do processos a espera de manifestação.

Logo após, estão os processos oriundos das 3ª e 7ª Turmas, cada qual com 640 e 622 feitos.

Vale ressaltar que os remanescentes oriundos das três preditas Turmas, ou seja, 6ª, 3ª e 7ª, representavam 53% dos processos que se encontravam nas dependências da PRR-3ª Região até 31 de março de 2009.

Especifica a tabela a seguir os processos remanescentes, por matéria e Órgão Julgador.

Órgão Julgador	Cível	Criminal	ACP	Total
Órgão Especial	2	51	-	53
1ª Seção	10	16	-	26
1ª Turma	45	123	2	170
2ª Turma	50	251	3	304
5ª Turma	98	128	3	229
2ª Seção	53	-	4	57
3ª Turma	629	-	11	640
4ª Turma	470	-	17	487
6ª Turma	1.689	-	8	1.697
3ª Seção	134	-	-	134
7ª Turma	656	-	2	658
8ª Turma	240	-	-	240
9ª Turma	227	-	-	227
10ª Turma	620	-	2	622
Total	4.923	569	52	5.544

Remanescentes por Gabinete

Especifica-se a seguir as entradas e saídas de processos trimestrais por Procurador, bem como o saldo de feitos remanescentes.

Procurador Regional	Entrada	Saída	Remanescentes
ADEMAR VIANA FILHO	431	392	633
ADRIANA DE FARIAS PEREIRA	366	389	239
ALCIDES TELLES JUNIOR	346	289	153
ALICE KANAAN	420	519	15
ANA LUCIA AMARAL	267	235	65
ANDRE DE CARVALHO RAMOS	345	357	38
DARCY SANTANA VITO BELLO	229	243	121
DENISE NEVES ABADÉ	6	33	0
ELIZABETH KABLUKOW BONORA PEINADO	441	366	226
FATIMA AP. DE SOUZA BORGHI	404	430	18
FLAVIO PAIXAO DE MOURA JUNIOR	270	311	13
GEISA DE ASSIS RODRIGUES	493	494	0
ISABEL CRISTINA GROBA VIEIRA	380	402	246
JANICE AGOSTINHO B. ASCARI	355	335	159
JOSE LEONIDAS BELLEM DE LIMA	439	476	177
JOSE PEDRO G. TAQUES	129	147	1
JOSE RICARDO MEIRELLES	277	260	42
JOVENILHA GOMES DO NASCIMENTO	200	215	61
JUVENAL CESAR MARQUES	44	56	52
LAURA NOEME DOS SANTOS	131	131	0
LUIZA CRISTINA FRISCHEISEN	365	335	31
MARCELA MORAES PEIXOTO	442	420	82
MARCELO ANTONIO MOSCOGLIATO	296	285	65
MARCIO DOMENE CABRINI	361	363	14
MARIA CRISTIANA SIMOES AMORIM	382	418	2
MARIA EMILIA MORAES DE ARAUJO	349	349	5
MARIA IRANEIDE O. S. FACCHINI	161	133	37
MARIA LUISA R. DE LIMA CARVALHO	440	442	48
MARIA LUIZA GRABNER	362	433	43
MARIA SILVIA DE M. LUEDEMANN	113	170	93

Procurador Regional	Entrada	Saída	Remanescentes
MARIO LUIZ BONSAGLIA	246	238	13
MARLON ALBERTO WEICHERT	436	417	21
MONICA NICIDA GARCIA	382	399	50
OSMAR JOSE DA SILVA	361	238	195
OSORIO SILVA BARBOSA SOBRINHO	469	434	35
PAULA BAJER F. M. DA COSTA	266	272	23
PAULO EDUARDO BUENO	399	416	317
PAULO THADEU G. DA SILVA	163	152	11
PEDRO BARBOSA PEREIRA NETO	317	286	40
RITA DE FATIMA DA FONSECA	320	350	31
ROBERIO NUNES DOS ANJOS FILHO	460	461	1
SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	300	405	31
SERGIO FERNANDO DAS NEVES	344	426	167
SERGIO LAURIA FERREIRA	196	192	180
SERGIO MONTEIRO MEDEIROS	348	337	45
SILVANA FAZZI SOARES DA SILVA	157	202	0
SYNVAL TOZZINI	398	319	1.669
WALTER CLAUDIUS ROTHENBURG	318	282	36
Total	15.124	15.254	5.544

5. Núcleo do Órgão Especial

Nesta seção, analisam-se processos que tramitam no Órgão Especial: Movimentação, Resultado do Julgamento e Remanescentes.

5.1 Movimentação Processual

A movimentação processual do NOE está discriminada nas tabelas seguintes, por matéria.

Nota-se o equilíbrio entre as entradas e saídas de feitos. Isto porque na área Civil foram 53 entradas e 58 saídas; no Criminal, 184 entradas e 183 saídas; e, em ACP, 14 entradas e 16 saídas.

Ademais, verifica-se que o número de retornos foi superior ao número de processos novos, com exceção da matéria Cível, no mês de fevereiro.

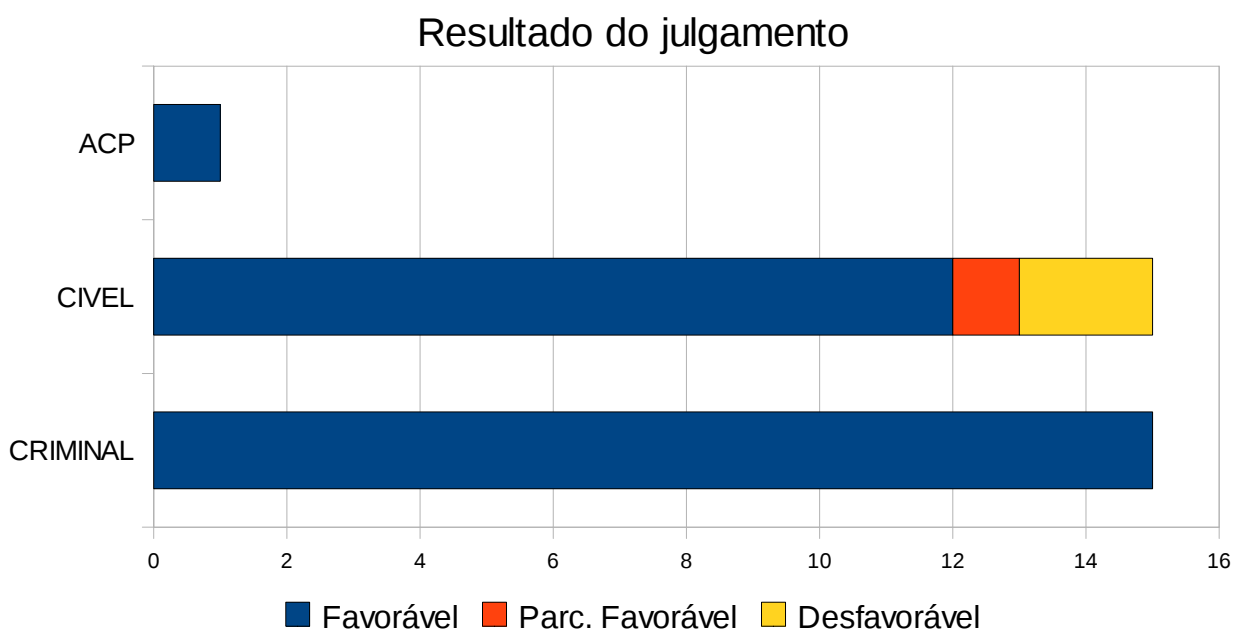
Cível	Jan	Fev	Mar	Total
Saída Total	20	14	24	58
Entrada Total	15	13	25	53
Processo Novo	4	8	9	-
Retorno	11	5	16	-
Total	35	27	49	111

Criminal	Jan	Fev	Mar	Total
Saída Total	92	42	49	183
Entrada Total	78	55	51	184
Processo Novo	12	17	10	-
Retorno	66	38	41	-
Total	170	97	100	367

ACP	Jan	Fev	Mar	Total
Saída Total	5	6	5	16
Entrada Total	5	4	5	14
Processo Novo	1	2	-	3
Retorno	4	2	5	11
Total	10	10	10	30

5.2 Resultado do julgamento

Em todas as matérias foi relevante a atuação da PRR-3ª Região, visto que das 31 decisões prolatadas 28 foram favoráveis ao posicionamento ministerial. Nota-se que somente 1 foi parcialmente favorável e 2 foram desfavoráveis.

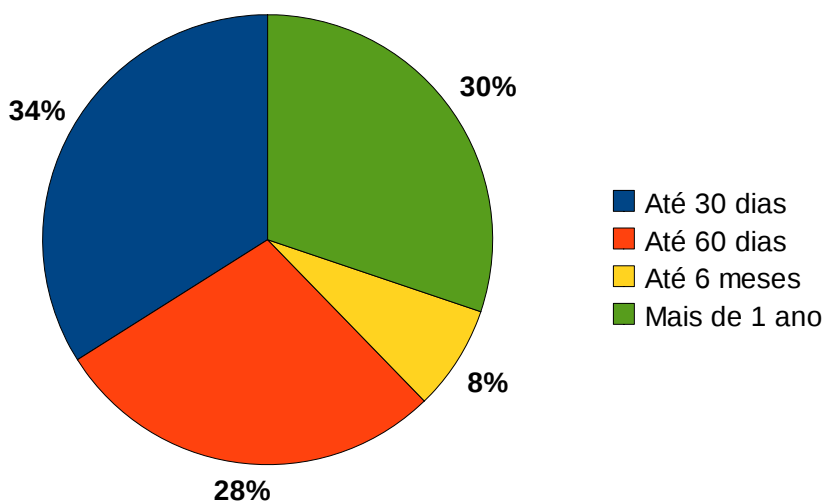


Matéria	Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Total
ACP	1	-	-	1
CIVEL	12	1	2	15
CRIMINAL	15	-	-	15
Total	28	1	2	31

5.3 Remanescentes

Os processos remanescentes do NOE foram pormenorizados no gráfico e tabelas seguintes.

Observa-se que grande parte dos processos encontram-se na faixa entre até 30 dias (18 feitos) e até 60 dias (15 feitos) de permanência. Contudo, vale sublinhar a existência de 16 processos (34%) que estão a mais de 1 ano a espera de manifestação.



Tempo	Quantidade
Até 30 dias	18
Até 60 dias	15
Até 6 meses	4
Mais de 1 ano	16
Total	53

6. Núcleo da Tutela Coletiva

Nesta tópico, analisam-se processos que tramitam no Núcleo da Tutela Coletiva: Fluxo processual e Resultado do Julgamento.

6.1 Fluxo processual

Expõe-se o somatório da movimentação processual trimestral do Núcleo da Tutela Coletiva na tabela seguinte.

Observa-se que a maior quantidade de entradas ocorreu no Ofício I (Consumidor e Ordem Econômica e Economia Popular) com 95 feitos, seguido pelo Ofício III (Patrimônio Público e Social) com 77 feitos.

Já quanto aos expedientes, verificou-se que o Ofício II (Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural) apresentou 15 expedientes e o Ofício III (Patrimônio Público e Social) registrou 13.

Nota-se, por fim, que a quantidade de entradas (303) superou o número de feitos que saíram da PRR-3ª Região (291).

Ofício	Entrada	Expediente	Saída
CONSUMIDOR E ORDEM ECONÔMICA E ECONOMIA POPULAR	95	10	89
MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	56	15	56
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL	77	13	68
CIDADANIA E RESIDUAL	54	7	52
ÍNDIOS E MINORIAS	17	1	22
Sem vinculação	4	0	4
Total	303	46	291

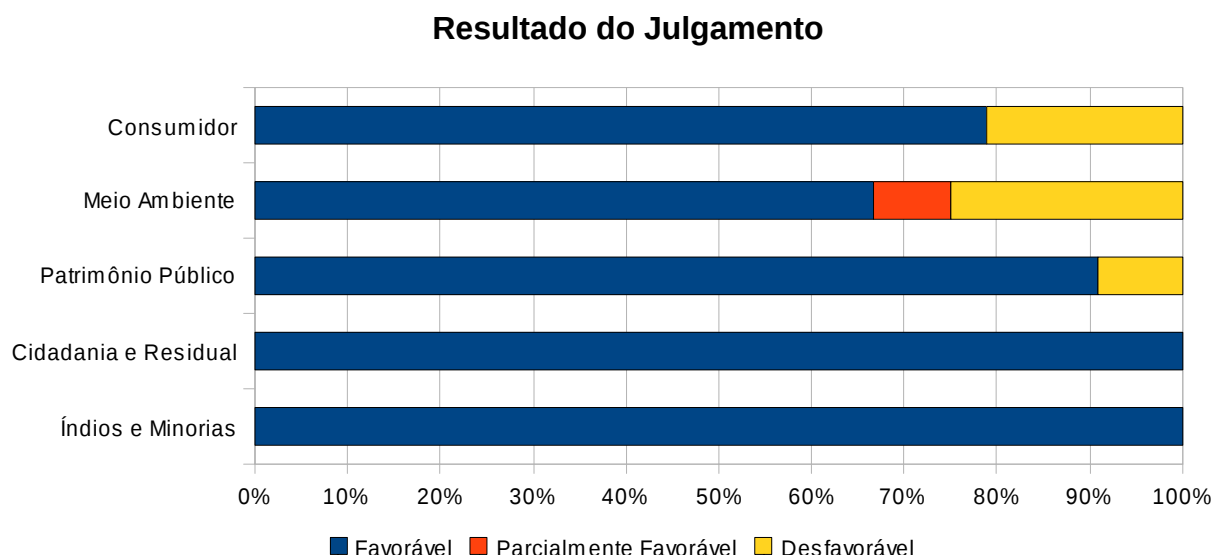
6.2. Resultado do julgamento

Dos 48 acórdãos que retornam para ciência do MPF, neste trimestre, verificou-se que 38 foram de decisões favoráveis ao pleito ministerial.

Ressalte-se que os Ofícios Índios e Minorias e Cidadania e Residual lograram 100% das decisões favoráveis - uma e quatro decisões, respectivamente.

Outrossim, destacam-se os Ofícios Consumidor, Ordem Econômica e Economia Popular com 15 decisões consoantes o entendimento /ministerial, bem como o Ofício Patrimônio Público e Social com 10 decisões favoráveis à posição ministerial.

Gráfico e tabela subsequentes pormenorizam as informações por Ofício.



Ofício	Favorável	Parcialmente Favorável	Desfavorável	Total
Consumidor	15	-	4	19
Meio Ambiente	8	1	3	12
Patrimônio Público	10	-	1	11
Cidadania e Residual	4	-	-	4
Índios e Minorias	1	-	-	1
Sem vinculação	-	-	-	-
Total	38	1	8	47

BOLETIM ESTATÍSTICO

1º TRIMESTRE DE 2009

ESCLARECIMENTOS, SUGESTÕES E/OU CRÍTICAS:
SEST@PRR3.MPF.GOV.BR OU FONE 2192-3355

SÃO PAULO, MAIO DE 2009